



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

PPP no sistema de esgotos é nova ameaça ao saneamento em Minas

Os trabalhadores na Copasa e a população que tem na empresa serviços essenciais de qualidade voltam a ser ameaçados por uma nova iniciativa autorizada pelo Governo para implementar na empresa uma nova Parceria Público Privada (PPP) através de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs). A medida, que escancara a participação privada na empresa, visa atuar em obras no sistema de esgotamento sanitário no Estado.

Este procedimento no governo tucano, severamente combatido pelo sindicato, foi responsável por trazer para dentro da empresa um severo prejuízo ao entregar uma obra gigantesca no Rio Manso para a Odebrecht, empresa envolvida até o pescoço nos escândalos de corrupção que enlamearam o País na sua maior crise da história.

A própria empresa se viu em maus lençóis, precisando de aporte financeiro do Estado para aplicar na obra de captação do Paraopeba, para corrigir a escandalosa política privatista do governo anterior.



Não podemos de forma alguma admitir que o esgotamento sanitário, serviço fim da atividade da Copasa, seja entregue à iniciativa privada, que compromete seriamente a qualidade dos serviços prestados à população, provocando o sucateamento das estruturas existentes na empresa, sacrificando as condições de trabalho e, por fim, entregando um serviço adquirido através de concessão dos municípios para a terceirização.

A PPP do sistema de esgoto é um escândalo e não podemos permitir que a Copasa seja mais uma vez prejudicada com a participação de terceiros que visam exclusivamente o lucro, não atuando em localidades onde a população tem baixa condição de pagamento ou não existe financiamento público para as obras. O governo do Estado e a direção da Copasa devem honrar os contratos com os concessionários municipais sem atravessar terceiros nos negócios, pois a responsabilidade da qualidade e cumprimento das cláusulas contratuais são nossas e não de quem vem aqui apenas em busca do lucro fácil.

SINDÁGUA QUESTIONA POLÍTICA DE EVASÃO DOS LUCROS QUE DEVERIAM SER REINVESTIDOS NA EMPRESA

A grande preocupação com a política que ampliou para 50% a distribuição dos lucros da Copasa e um extra de R\$ 280 milhões para acionistas, além de redução das ações do Estado como majoritário para apenas 50,04% levaram o Sindicato a reunião com a presidenta da empresa, Sinara Meireles, no último dia 22 de maio.

Manifestamos nossa total recusa à implantação de uma nova PPP na empresa, sabidamente prejudicial à sustentabilidade financeira e que transfere responsabilidade de serviços para terceiros, quando os trabalhadores na Copasa têm plena capacidade de exercerem a atividade e são escanteados pelo interesse privado do lucro.

Lembramos à presidenta que a empresa continua em situação muito precarizada com falta de mão de obra em todo o Estado, sacrificando os trabalhado-

res e a própria qualidade dos serviços que são prestados à população.

Além da urgente necessidade de repor mão de obra em função dos desligamentos pelo PDVI e aposentadorias, os trabalhadores não foram plenamente contemplados em suas aspirações com o PCCS, com avaliações pendentes e manutenção de perfis de localidades que ainda travam políticas de transferência de trabalhadores, a despeito da declarada mobilidade.

Não foram implementadas as avaliações de desempenho comprometidas para maio e junho de 2018, não acerto dos desvios de função, não foram acertadas as "escadinhas" relativas a crescimento vegetativo e ampliação de ligações. Entretanto, corrigem os salários de gerentes, sem adotar a mesma política para os trabalhadores operacionais.

1ª RODADA DE NEGOCIAÇÕES COMEÇA TIRANDO DÚVIDAS DA PAUTA DA CATEGORIA

Na primeira reunião entre as comissões foram lidas as pautas de reivindicações aprovadas nas assembleias do SINDÁGUA, Senge e Saemg e tiradas dúvidas sobre alguns pontos levantados pela representação patronal.

Esta foi a primeira negociação de acordo coletivo do SINDÁGUA após o golpe da "reforma trabalhista" implementada por Temer.

A direção do SINDÁGUA reforçou pontos essenciais da categoria, como o reajuste com ganho real, o fim da terceirização em atividades fins, acertos pendentes do PCCS, contratação de pessoal para preencher vagas de trabalhadores desligados. Denunciamos o crescimento assustador das terceirizações dentro da empresa, atingindo atividades fins da nossa atividade. Exigimos que nas terceirizações hoje existente seja adotado um termo de compromisso com direitos dos trabalhadores terceirizados, como saúde e segurança, mesmos direitos que temos na Copasa, e



fiscalização dos trabalhos prestados. Lembramos que as terceirizadas continuam a explorar mão de obra sem oferecer a menor condição de trabalho e mais um trabalhador faleceu recentemente, soterrado em vala sem escoramento.

Ressaltamos nossa preocupação com a medida defendida pela Copasa de credenciar mais uma PPP para trabalhar o sistema de esgotos da empresa e criticamos a transferência gigantesca de lucros da empresa como dividendos aos acionistas.

As negociações devem ser retomadas no próximo dia 8 de junho.

COPASA DIFICULTA TRANSFERÊNCIA DE SERVENTE CADÊ A MOBILIDADE FUNCIONAL?

Exemplo de que o fim do porte continua assombrando os trabalhadores, uma tentativa de transferência de servente de uma localidade para outra vem sendo barrada pela Copasa, mesmo tendo a vaga disponível no destino pretendido.

A alegação é a mesma de sempre: "não tenho como contratar na nova localidade, por que o local tem perfil de arrecadação mais precário..." Continuamos entendendo que todos são trabalhadores da mesma Copasa e não de

várias copasinhas de acordo com tamanho das cidades e de ligações. Ora, se é uma transferência não se trata de contratar, mas de um simples atendimento para adequar um interesse de trabalhador! E se existe a vaga, a empresa confessa que continuará trabalhando com estrutura funcional precarizada? Insistimos na reposição de vagas e também na dita mobilidade funcional, que não acarreta maior custo.